

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI –
DIGNÍSSIMO RELATOR DA AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE N.º 4895**

A FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE, entidade dos movimentos sociais integrantes da sociedade civil¹, formada por Fóruns de Saúde de diversos estados, movimentos populares, centrais sindicais, sindicatos, projetos universitários e várias entidades de âmbito local, regional e nacional, vêm, por intermédio de seus coordenadores abaixo subscritos, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar:

**Relatório Analítico das irregularidades e dos prejuízos à Sociedade,
aos Trabalhadores e ao Erário causados pela Empresa Brasileira de
Serviços Hospitalares – EBSEH**

pelas razões a seguir expostas.

O presente documento foi elaborado pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde com o suporte e a contribuição inestimáveis dos militantes que a integram, tendo por objetivo apresentar a Vossa Excelência, Digníssimo Relator da ADI 4.895 – que trata da inconstitucionalidade da Lei nº 12.550/2011, os problemas constatados nos Hospitais Universitários que já implantaram a EBSEH, fatos que têm

¹ Nos termos do artigo 2.º, inciso I, do Decreto da Presidência da República n.º 8.243, de 23 de maio de 2014.

causado prejuízos aos usuários dos serviços de saúde, ao ensino e à pesquisa, aos trabalhadores e ao erário.

Estes fatos atestam a necessidade de os Ministros do Supremo Tribunal Federal julgarem procedentes os pedidos de inconstitucionalidade formulados pelo Procurador Geral da República no âmbito da ADI 4.895 e pelas entidades que ingressaram no feito na qualidade de *amici curiae*.

Mais de dois anos depois da instalação da EBSEH dentro do Ministério da Educação pela Portaria n.º 442, de 25 de abril de 2012, dos 47 Hospitais Universitários vinculados às 33 Universidades Federais, 23 assinaram contrato com a referida Empresa. A maioria desses contratos foi assinada pelos reitores das Universidades, com explícita rejeição da Comunidade Universitária e sob pressão do Governo Federal.

O exemplo mais recente é o da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em que o Colegiado Pleno rejeitou a Empresa em reunião no dia 29 de outubro de 2012, por 36 votos a 4, e, em 26 de março de 2014, o reitor realizou a adesão monocrática, em flagrante desrespeito ao Estatuto dessa instituição de ensino e de forma contrária ao que fora decidido pela instância máxima da universidade.²

A EBSEH foi apresentada pelo Governo Federal como a única solução para a crise do maior complexo hospitalar público do país, resultante da progressiva redução de pessoal que assolou o setor público e da falta de investimentos para dar conta dos objetivos dos Hospitais Universitários: ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde.

A principal justificativa para criação da Empresa apresentada pelo Governo Federal seria a necessidade de “regularizar” a situação dos funcionários terceirizados dos HUs em todo o país.

Consideramos que as saídas para esta crise consistiriam na alocação de mais recursos financeiros para os HUs e na realização concursos públicos para suprir a carência de recursos humanos, regidos pelo Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil da União.

Entretanto, o Governo Federal apresenta como saída a EBSEH, cuja constitucionalidade está sendo questionada pela ADI 4895, ajuizada pela Procuradoria

² Cf. “Reitor admite que descumpriu determinação do Colegiado Pleno, mas que não revogará adesão a Ebserh”. Disponível em: <<http://www.adufcg.org.br/noticias/noticia.php?id_noticia=2308>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

Geral da República. Concordamos com o Exmo. Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, quando afirma:

[...] o Poder Executivo está atuando de forma inconstitucional, ilegítima e imoral em sua tentativa de implantar a EBSEH nos HUs deste país, usando indevidamente o nome do Tribunal de Contas da União como meio de pressão ilegítima, de absurda coação moral, para constranger os gestores das universidades federais, especialmente seus reitores e os diretores dos HUs, a aceitarem essa verdadeira intervenção na gestão das universidades como única saída legal para o grave problema dos terceirizados nos HUs³.

Apesar da massiva propaganda feita pelo Governo Federal em favor da Empresa, a EBSEH e alguns dos Hospitais Universitários geridos por ela já apresentam vários problemas, tais como: 1) irregularidades, prejuízos financeiros e insuficientes serviços de saúde aos usuários; 2) indícios de desperdícios no uso do dinheiro público nas capacitações de gestores da Empresa; 3) irregularidades nos “concursos” realizados pela EBSEH; 4) insatisfação dos empregados contratados pela EBSEH explicitada através da deflagração de greves; 5) Desrespeito à autonomia universitária e aos órgãos colegiados de deliberação nos processos de adesão à EBSEH; 6) judicialização de demandas contra a EBSEH.

Os fatos elencados a seguir foram baseados em pesquisas na imprensa que noticiam a realidade da EBSEH no país. Demonstra-se que essa Empresa tem trazido prejuízos aos usuários dos serviços de saúde, aos trabalhadores, ao erário e à missão de ensino, pesquisa extensão dos Hospitais Universitários.

Irregularidades nos Hospitais sob a gestão da EBSEH: descumprimento de contratos e metas, apresentação de prejuízos financeiros e prejuízos ao atendimento dos usuários

A **Universidade Federal do Piauí** assinou contrato com a EBSEH em 14/08/2012, até então não possuía Hospital Universitário em funcionamento. O Governo Federal, então, condicionou a sua inauguração à adesão à EBSEH.

³Cf. Processo n.º TC-016.954/2009-5 – Acórdão n.º 3463/2012 – TCU – Plenário, julgamento em 10.12.2012 – Sessão Extraordinária. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3463-51/12-P.

Passados quase dois anos, o cenário da unidade hospitalar beira o caos em virtude das péssimas condições de trabalho e da falta de estrutura para atender os pacientes. Uma auditoria feita pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS comprovou que a EBSEH não implementou os serviços previstos no plano contratual.

As UTIs foram abandonadas e o hospital está lotado com pacientes em macas nos corredores. O problema no hospital não é financeiro, já que o SUS repassa para o HU o valor de R\$ 2 milhões por mês. A gravidade da situação tem ocasionado diversos protestos, inclusive por médicos que chegaram a ameaçar um pedido de demissão coletiva.

A auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (relatório em anexo) foi realizada a pedido do Ministério Público Federal para subsidiar o Inquérito Civil Público nº 1.27.000.000905/2013-11. Esta auditoria levantou várias irregularidades, entre as quais:

[...] A EBSEH e a Direção do Hospital Universitário do Piauí **não estão honrando** o contrato de prestação de serviços celebrado com o Gestor do SUS em Teresina, uma vez que **não implantaram** os serviços previstos no Plano Operativo previsto no Contrato; [...] **diversos setores e equipamentos do Hospital** estão ociosos e/ou funcionando apenas parcialmente; os atendimentos realizados pelo Hospital no primeiro semestre de 2013, segundo o Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, correspondem apenas **R\$ 164.180,23** o que representaram apenas **1,64%** do valor recebido do SUS. No período entre abril e agosto, o SUS repassou ao Hospital a importância de **R\$ 10** milhões de reais.

(Grifos nossos)

Esse documento destaca a imperiosa necessidade de

[...] identificar as causas do não funcionamento de diversos setores do Hospital, o dano social que essa ociosidade tem causado aos usuários do SUS, bem como **o prejuízo financeiro sofrido pelo Sistema Único de Saúde, considerando que a produção do Hospital só representa pouco mais de 1% (um por cento) do valor dos recursos financeiros recebidos do SUS.**

(Grifos nossos)

Outro problema relacionado ao HU da UFPI trata da contratação pela EBSEH do serviço de locação de duas ambulâncias da funerária gaúcha Costa Plano de Assistência Familiar LTDA, em novembro de 2013. O valor do contrato parece exorbitante para o serviço a ser prestado: para fornecer duas ambulâncias, com

motorista habilitado e combustível, a funerária vai receber R\$ 706,9 mil por 12 meses de contrato. A ambulância ficará disponível 24h para o Hospital Universitário. A locação de uma vai custar R\$ 288 mil por contrato, e a outra, R\$ 418,9 mil.⁴

No Hospital Universitário de Brasília, os problemas então existentes antes da adesão à EBSEH não só não foram resolvidos como se agravaram. Setores considerados “menos produtivos”, isto é, com menor potencial para gerar lucro, estão sendo desmontados.

As residências de otorrino, pediatria e radiologia passaram a ser realizadas em unidades fora da universidade. Médicos reclamam do desmonte, por parte da Empresa, de serviços de referência para a população, além de suas remoções para outras áreas. Constata-se, assim, que o ensino e as pesquisas que eram desenvolvidas neste hospital passam a ser regidas pela lógica do mercado.

O Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) está sendo gerido pela EBSEH há seis meses, sem que a Empresa apresente nenhuma solução para enfrentar os problemas que o hospital vivencia.

Médicos e funcionários deste Hospital formalizaram, no dia 16 de junho de 2014, uma denúncia junto a mais de 100 órgãos fiscalizadores competentes, entre eles o Cremepe, o Crea-PE e o Conselho Nacional de Saúde, na qual apontam diversas irregularidades, além das precárias condições de trabalho, estrutura e higiene do local, além de solicitarem a sua interdição.⁵

O referido documento, intitulado “Crônica de Uma Morte Anunciada” (em anexo), reúne uma vasta documentação fotográfica que mostra as condições precárias a que estão submetidos os pacientes, acompanhantes e o corpo de profissionais do HC.

Também aponta falhas na estrutura física do prédio, com partes da marquise se desprendendo e caindo, além de infiltrações em várias salas, mofo, forro danificado, fiação elétrica exposta, fezes de animais como timbus e ratos nos leitos, escorpiões e até cobras alojadas nas dependências do Hospital. Há também banheiros sem portas e sujos, não oferecendo condições dignas de uso.⁶

No Hospital Universitário Cassiano de Moraes (Hucam), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), os trabalhadores efetivos denunciaram, em janeiro de

⁴ Acesso em 02 de junho de 2014:<http://180graus.com/aquiles-nao/lu-da-ufpi-aluga-duas-ambulancias-de-funeraria-gaucha-por-r-706-mil>

⁵ Acesso em 19 de junho de 2014:

<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohape/pt/cotidiano/saude/arqs/2014/06/0013.html>

⁶ Acesso em 19 de junho de 2014:

<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohape/pt/cotidiano/saude/arqs/2014/06/0013.html>

2014, a situação de abandono da unidade e a precariedade das condições de trabalho, a exemplo da existência de ratos e baratas no CTI e da reutilização de materiais descartáveis.⁷

No Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), um ano após a adesão à EBSEERH, membros do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior mostraram a situação “caótica” do HC, como número de trabalhadores insuficiente para bem atender aos pacientes, falta de medicamentos, materiais, roupas de cama e insumos em geral.⁸

Assim, não obstante o Governo Federal apresente a EBSEERH como a solução dos problemas dos Hospitais Universitários, a Empresa tem-se mostrado incapaz de resolvê-los, eventualmente contribuindo para seu agravamento.

A EBSEERH tem privilegiado o setor privado na capacitação de seus gestores e apresentado indícios de desperdícios no uso do dinheiro público neste processo

É importante destacar que a EBSEERH não traz recursos novos para os HUs, ao menos inicialmente, pois permanece a estrutura de financiamento já existente formada pelo fundo público: os recursos são repassados pelo Fundo Nacional de Saúde e pelos convênios com estados e prefeituras, além dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Federais (REHUF). Entretanto, a utilização dos recursos públicos pela EBSEERH, no que diz respeito à capacitação de pessoal, tem apresentado indícios de desperdícios e priorização de alocação no setor privado.

A capacitação dos novos gestores da Empresa expressa a alocação do fundo público destinado à EBSEERH para o setor privado, demonstrando seu alinhamento aos interesses deste setor: 100 funcionários de 10 HUs ligados à EBSEERH foram capacitados pelo Hospital Sírio-Libanês (Especialização à distância), que recebeu R\$ 10 milhões na 1ª etapa. Questiona-se: por que foi escolhido o Sírio-Libanês, que é o hospital mais lucrativo do país, para capacitar os gestores da EBSEERH? O que justificaria um gasto de R\$ 100.000,00 por cada gestor, em apenas uma etapa de capacitação, grande parte dela à distância?

⁷ Acesso em 15 de junho de 2014: <http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2014/01/funcionarios-do-hucam-prometem-paralisacao-de-24-horas-por-falta-de-condicoes-de-trabalho.html>

⁸ <http://www.jornaldeuberaba.com.br/cadernos/cidade/9263/ato-expoe-feridas-no-hc-da-uftm>

O mau uso do dinheiro público em capacitação dos gestores da Empresa continua como prêmio àqueles gestores que compactuaram com a nefasta privatização dos HUs: com a justificativa de capacitação internacional para todos os diretores dos HUs contratados, eles farão uma viagem técnica para 10 países da Europa com gastos previstos de aproximadamente 2 milhões (Valor Global: R\$ 1.776.738,99), mais diárias e passagens (fonte: Processo nº 23477005362201408. Objeto: Contratação de instituição para execução do programa de Capacitação Internacional de Gestores dos Hospitais Universitários Federais, no âmbito do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais–REHUF).

Esses processos de capacitação apontam indícios de que esses gestores estão sendo treinados para atender à lógica mercantil na área de assistência hospitalar, algo flagrantemente contrário à premissa do SUS – atendimento voltado para as reais necessidades em saúde da população. Ressalta-se que qualquer gasto público deve ser devidamente justificado, expondo-se objetivamente como resultará em melhorias na qualidade dos serviços públicos, o que não ocorre com as despesas acima denunciadas.

Irregularidades nos “concursos” realizados pela Ebserh

Brasil afora, são inúmeras as denúncias de irregularidades apresentadas aos órgãos de fiscalização e de controle do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho referentes aos “concursos” para os HUs contratados com a EBSE RH.

Exemplo recente foi o ocorrido no **Rio Grande do Norte**: nos três concursos realizados pela EBSE RH e pelo Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES para provimento de vagas em duas maternidades e no hospital universitário da UFRN, que houve 41 denúncias de irregularidades no MPF e o concurso está suspenso.⁹

No **Ceará**, segundo o site da TV Mares, o concurso realizado pela EBSE RH para o Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), no dia 04 de maio de 2014, apresentou várias irregularidades, como: pacote das avaliações com lacre rompido, provas faltando e possíveis avaliações trocadas. Observou-se que o concurso foi administrado pela empresa Administradora e Corretora de Seguros (AOCP).

⁹ Cf. “EBSE RH decide suspender concursos investigados pelo MPF/RN”. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/04/30/internas_economia,501552/ebserh-decide-suspender-concursos-investigados-pelo-mpf-rn.shtml>>. Acesso em 25 de junho de 2014.

Em novembro de 2013, o processo seletivo para preenchimento de vagas para a EBSEH com lotação no **Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão** (HU/UFMA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação, foi marcado por desorganização e irregularidades. De acordo com denúncias dos candidatos, houve atraso de mais de uma hora para a chegada das provas e uma candidata não pode fazer a prova para a área de Enfermagem porque o número do CPF estava inscrito para concurso em Brasília.¹⁰

Destaque-se que existe caso de terceirização de pessoal por parte da EBSEH. É o que ocorre no Hospital Professor Alberto Antunes (HUPAA) da UFAL, onde os gestores da Empresa assim justificam:

(...) os recursos humanos estão entre os investimentos da EBSEH para o HUPAA na área de tecnologia da informação, e que, mesmo com a realização de concurso, há dificuldades em selecionar profissionais da área em função do aquecimento do mercado e alta demanda por esse tipo de profissional, o que significa que a EBSEH deve adotar a modalidade de contratação de empresas terceirizadas para executar atividades-meio na área de TI.¹¹

A insatisfação dos empregados contratados pela EBSEH já é explicitada através da deflagração de greves

Os empregados da sede da EBSEH, em Brasília, entraram em greve desde o dia 09 de junho de 2014, reivindicando ganho real, valorização da carreira e cumprimento do plano de cargos e salários prometido pelo governo. Eles querem reajuste de 15% - 10,5% referentes à inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entre agosto de 2012 e março de 2014, e 4,5% de ganho real.

As garantias descritas no edital do concurso, de que haveria progressão de carreira em seis meses – o que atraiu profissionais qualificados –, não saíram do papel.

Além disso, os trabalhadores fazem várias denúncias de irregularidades. O servidor André Matias reclamou que o documento com as normas de progressão “foi

¹⁰ Acessado em 18/11/2013: <http://www.adufpb.org.br/site/desorganizacao-e-irregularidades-marcam-selecao-da-ebserh-para-o-huufma/>

¹¹ Acessado em 15/06/2014: http://www.hupaaufal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=867:ebserh-inicia-programa-de-investimentos-em-tecnologia-da-informacao-do-hupaa&catid=36:materias&Itemid=57

substituído na página da EBSE RH por outro, com a mesma data (agosto de 2012) sem portaria revogatória ou mesmo providências para reparar os danos por parte da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)”.

Oton Pereira Neves, secretário-geral do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep-DF), afirmou que, além do “misterioso desaparecimento da tabela de planos, cargos e salários”, a direção da EBSE RH está intransigente. “Houve duas rodadas de negociação no Ministério Público Federal (MPF), mas nada foi aceito”, destacou.

Alan Bispo, representante do Sindsep na Empresa, narrou que há um visível desrespeito com os servidores: “alega-se que não há dinheiro. Porém, exatamente durante a Copa e nesse momento em que queremos negociar, 40 pessoas da direção farão um curso de capacitação na Europa, com impacto de cerca de R\$ 2 milhões, R\$ 493 mil só de diárias”. Bispo denunciou também que há indicações políticas de não concursados, sem conhecimento técnico, mas com altas remunerações. Um analista recebe R\$ 4,7 mil mensais, contou. “Enquanto um chefe de serviço ganha R\$ 12 mil, um coordenador, R\$ 17 mil, e um diretor, R\$ 25 mil. Tem gente saindo da empresa porque não suporta ser chefiada por incompetentes”, resumiu.¹²

No final de fevereiro de 2014, houve uma paralisação dos médicos do Hospital Universitário (HU) da UFPI, primeiro hospital a assinar contrato com a EBSE RH. A categoria reclamou da falta de funcionamento pleno do local, do não cumprimento de leis trabalhistas e reivindica melhores condições de trabalho.

Segundo Lúcia Santos, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí (Simepi), o hospital deveria realizar cirurgias de alta complexidade, mas atualmente só consegue realizar exames ambulatoriais e consultas.

De acordo com o sindicato, "a população esperou 20 anos para conclusão da obra do HU e o governo criou a EBSE RH para administrar os hospitais e agilizar o atendimento, mas infelizmente isso nunca ocorreu. O hospital, inaugurado em março de 2013, não realizou ainda nenhuma cirurgia em pacientes de alta complexidade”, revela Lúcia Santos. “Este é um hospital de grande porte e deveria funcionar de forma plena,

¹² Acessado em 17/06/2014:

http://www.dzai.com.br/blogservidor/blog/blogservidor?tv_pos_id=154834

de acordo com seu objetivo. Temos denúncias que já chegou a faltar até mesmo materiais básicos, como gaze”, disse a médica.¹³

No dia 09 de junho de 2014, os empregados deste hospital entraram em greve por tempo indeterminado. Após quatro rodadas de negociação em três meses, a EBSEH não apresentou proposta que atendesse ao pleiteado. Os empregados reivindicam aumento com o índice inflacionário mais ganho real, reajuste no valor dos benefícios, melhores condições de trabalho, assim como abertura a escala de plantões.

Eis o depoimento de Luciani Vieira, representante do comando de greve:

Não existe flexibilização nos plantões. Quem trabalha a noite ficará eternamente à noite, o funcionário congela no horário. Não temos água potável para beber, os bebedouros estão com problemas elétricos há mais de quatro meses. Nós também não temos banheiro porque o HU ainda não tem contrato de manutenção. Não temos uma lanchonete e o refeitório não é aberto aos trabalhadores.¹⁴

Em outros estados, a ausência de acordos entre a categoria e a EBSEH também levou à paralisação dos Hospitais Universitários no Maranhão e em Minas Gerais, além do Distrito Federal, como já foi mencionado.

Processos de adesão à EBSEH têm desrespeitado a autonomia universitária

Ainda que se diga que há o respeito à autonomia universitária e que cada instituição escolhe se assina ou não a adesão à Empresa, a pressão via Governo Federal é enorme, a ponto de se ignorarem deliberações dos Conselhos Universitários em sentido contrário.

A história da adesão da Universidade Federal do Maranhão à EBSEH, determinada pelo Reitor Natalino Salgado Filho, é um exemplo do autoritarismo que se tem praticado. Em 21/03/2012, o Conselho de Administração do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (CONADM/HUUFMA) foi convocado para 23/03/2012, com a seguinte pauta: obras do HUUFMA, inclusão de pauta e outros assuntos.

¹³ Acesso em 20/02/2014: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/02/medicos-do-hu-de-teresina-fazem-paralisacao-devido-falta-de-pacientes.html>

¹⁴ Acesso em 02/06/2014: <http://www.adufal.org.br/site/mostranoticia.aspx?cod=11502>

Esse Conselho tinha a maioria de seus membros em situação irregular e representantes dos departamentos com projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão no HUUFMA, a exemplo de Serviço Social, Psicologia e Comunicação Social, não foram convocados.

Na reunião, para surpresa de alguns participantes, estiveram presentes o reitor da UFMA e o procurador-chefe da União junto à universidade, a fim de convencerem os conselheiros que a EBSEH seria a “solução” para problemas apontados pelo Tribunal de Contas da União e o não fechamento do HUUFMA.

Na UFTM, o Conselho havia decidido pela realização de discussão e plebiscito entre docentes, discentes e técnicos-administrativos para deliberar a respeito, mas foram surpreendidos com a decisão monocrática de seu Reitor em assinar o termo de adesão à Empresa.

Na UFJF, após o plebiscito que rejeitou a adesão à empresa, grandes somas foram cortadas dos recursos destinados ao HU, até que o hospital não mais suportasse a crise financeira e, para voltar a ter os recursos, foi coagido a aderir à EBSEH.

Em outras universidades, a decisão sobre a adesão à Empresa nem sequer passou pelo conselho universitário, tendo ocorrido de forma autocrática em decisão exclusiva de seu respectivo Reitor: UFMA¹⁵, UFAL, UFTM, UFES, UFS e UNIVASF.

Na UFES, no dia 06 de maio de 2013, após tomarem conhecimento da assinatura do contrato com a EBSEH sem deliberação no Conselho Universitário e da publicação, na página virtual desta Universidade, da lista de pessoas que iriam ser cedidas para outros *campi* e as que iriam ficar na EBSEH, os trabalhadores do HUCAM deliberaram em assembleia pela deflagração da greve. Essa greve teve como pauta: 1 – Contra a EBSEH, 2 – Pela não subordinação dos trabalhadores do HUCAM à gerência da EBSEH, 3 – pela manutenção da jornada de trabalho de 30 horas.

Na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em que o Colegiado Pleno rejeitou a Empresa em reunião no dia 29 de outubro de 2012, por 36 votos a 4, o Reitor dessa instituição decidiu, monocraticamente, em 26 de março de 2014, pela

¹⁵ A Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão - APRUMA, órgão de representação da categoria dos professores da Universidade Federal do Maranhão, entrou com ação judicial para obter a suspensão de todos os atos tendentes a efetivar a adesão da UFMA à EBSEH e a procedência da ação para determinar o cancelamento da contratação com a EBSEH. A APRUMA e o Fórum de Saúde do Maranhão empreenderam uma batalha contra a implantação da Empresa no HU não só no campo jurídico, mas, sobretudo, na realização de mobilizações que articularam um conjunto de trabalhadores da UFMA, estudantes e setores organizados da sociedade civil.

adesão à EBSEERH, em flagrante desrespeito à instância colegiada máxima da universidade.

Judicialização de demandas contra a EBSEERH

Foram realizadas audiências públicas promovidas pelas Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão, órgãos do Ministério Público Federal, em alguns estados, com a presença de representantes da EBSEERH, reitores, diretores dos HUs e entidades ligadas às Universidades e Fóruns de Saúde.

Existe ação civil pública do MPF/DF pleiteando a nulidade da adesão e do contrato da UnB com a Empresa.

Também tramita ação civil pública do MPF/SE solicitando anulação do contrato da UFS com a Empresa e a suspensão do concurso público anunciado.¹⁶

Na Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM) existe inquérito civil público do MPF para apurar irregularidades no contrato desta Universidade com a EBSEERH.

Existe também, em Alagoas, inquérito civil público¹⁷ que questiona o ato do Reitor da UFAL consistente na implementação da Empresa.

Na UFCG há ação popular em trâmite, subscrita por integrantes do Fórum em defesa do SUS-CG, em que se pleiteia a revogação da adesão monocrática à EBSEERH.

Considerações Finais

A EBSEERH é uma empresa de direito privado, cujo objetivo é a exploração direta de atividade econômica, incluindo a produção de lucro. A gestão de hospitais universitários, cujas atividades – Educação e Saúde – caracterizam-se como serviços públicos de relevância e interesse social, não podem ser transformados em atividades econômicas.

¹⁶ A decisão desta Ação Civil Pública foi tomada pelo procurador em audiência pública realizada pelo MPF/SE, em 22 de janeiro de 2014, quando não havia acontecido anteriormente nenhum debate acerca da EBSEERH no espaço universitário; O contrato com a Empresa já tinha sido assinado, desde outubro de 2013; Os cargos da Ebserh já haviam sido distribuídos, inclusive a superintendência do HU; O concurso já estava previsto para março de 2014, com inscrições abertas para 1.214 vagas.

¹⁷ Este Inquérito foi decorrente de representação do Fórum Alagoano em defesa do SUS e contra a Privatização ao MPF/AL, em 23 de maio de 2013, momento que foi aberto um Procedimento Administrativo.

O Governo Federal anunciou que pretende transformar outros hospitais em Empresa, como é o caso da recém-criada subsidiária da EBSEERH, “Saúde Brasil”, que almeja gerir outros hospitais federais e institutos no Rio de Janeiro. Além disso, a EBSEERH vem gerindo os recursos do Programa “Mais Médicos”.

A entrega dos Hospitais Universitários (HUs) para uma empresa com personalidade jurídica de direito privado rompe com o caráter eminentemente público da Universidade e permite que a lógica do setor privado seja predominante nesse espaço.

A autonomia universitária é quebrada e coloca-se em risco a liberdade de ensinar, estudar e pesquisar e o próprio processo de formação profissional. A predominância da lógica mercantil leva à priorização dos interesses do mercado privado da educação e da saúde, da indústria de equipamentos e medicamentos.

Com a EBSEERH, põe-se fim ao Regime Jurídico Único (RJU), pois os vínculos de trabalho com a empresa são geridos pela CLT. Em vez de servidores públicos sob o regime estatutário, teremos apenas empregados públicos, caso esta Empresa se estabeleça dentro das Universidades.

Diante do exposto e da flagrante urgência apresentada no cenário esboçado, suplicamos a Vossa Excelência que promova Audiência Pública sobre o tema, submeta a ADI 4895 a julgamento o mais breve possível.

Respeitosamente,

Brasília, 25 de junho de 2014

Frente Nacional contra a Privatização da Saúde